

Pragmatismo chinês

» ANDRÉ GUSTAVO STUMPF
Jornalista

Novo capítulo do enfrentamento entre Estados Unidos e China começou semana passada. O líder chinês Xi Jinping inaugurou um enorme porto no Peru, que deverá atrair mais de US\$ 3 bilhões em investimentos, para criar uma rota direta através do Oceano Pacífico e ampliar a influência de Pequim na América Latina. As exportações dos países da América do Sul para a Ásia não mais passarão pelo México ou pelos portos dos Estados Unidos no Pacífico.

A inauguração do porto antecedeu a abertura do fórum de Cooperação Econômica Ásia-Pacífico e a reunião final de Xi com o presidente dos Estados Unidos, Joe Biden, em Lima. Os dois estão a caminho do Brasil. Biden fará uma escala em Manaus. O chinês virá diretamente para o Rio de Janeiro participar da reunião do G20. Depois fará uma visita de estado a Brasília, quando deverá assinar com o presidente Lula uma série de acordos comerciais. Os emissários de Pequim não gostam de fazer guerras. Gostam muito de fazer negócios.

As empresas chinesas estão envolvidas em quase todos os aspectos do porto de águas profundas em Chancay, localizado a 80 quilômetros ao norte da capital peruana, Lima. O centro de logística de alta tecnologia será operado exclusivamente pela empresa chinesa de navegação Cosco, que investiu US\$ 1,3 bilhão em 2019 para assumir uma participação de 60% no projeto de US\$ 3 bilhões. Na primeira fase, o porto receberá apenas navios menores. Quando pronto, estará capacitado para trabalhar com enormes transportadores de contêineres.

Os guindastes de carga são fornecidos pela Shanghai Zhenhua Heavy Industries. Caminhões elétricos sem motorista fabricados por empresas chinesas serão usados para manusear contêineres e cargas. O interesse chinês no porto de Chancay provocou apreensão nos Estados Unidos porque abre a possibilidade de aquelas instalações serem utilizadas por navios militares chineses como ponto de apoio nas Américas. A presidente Dina Boluarte chamou o novo porto de "centro nervoso" que une o continente à Ásia, o que poderia criar 8 mil empregos e US\$ 4,5 bilhões em atividade econômica anualmente.

A ministra Simone Tebet, do Planejamento, trabalha desde o início do governo no projeto de integração da economia brasileira com a dos vizinhos. É um conjunto de rodovias, ferrovias e outras facilidades para levar a produção brasileira para os portos do Oceano Pacífico. Atualmente, a única ligação formal é por intermédio da rodovia interoceânica que atravessa os estados de Mato Grosso e Rondônia e alcança o Acre para chegar ao porto de Ilo, no Peru, que fica ao sul de Lima. O projeto da ministra naturalmente recebe críticas do PT por entender que ele prioriza interesses particulares e não sociais. Enfim, é, no entender dos petistas, um projeto com cores liberais.

Esse é um caso diferente, porque o governo chinês é o responsável pelo notável investimento em um país pobre que vive da exportação de minérios. Poderá se transformar no elemento essencial da negociação dos produtos da América do Sul com o promissor e crescente mercado dos países da Ásia. O G20,

grupo que une as 20 maiores economias do planeta, foi criado inicialmente com preocupações econômicas para realizar aquilo que a Organização das Nações Unidas não consegue solucionar. Não possui, no entanto, um corpo técnico. A cada reunião, os interessados conversam e tentam encontrar soluções.

O encontro do Rio de Janeiro será espetacular porque os cariocas sabem receber muito bem. Os estrangeiros devem ficar encantados com a cidade linda contida pelo formidável contingente policial e militar. Os criminosos sabem que é o momento de se recolher, como ocorreu na ocasião da Eco 92. O presidente Lula, que gosta de política externa, terá oportunidade de se reunir com os mais importantes líderes do mundo ou seus representantes. Joe Biden, depois de se despedir de vários chefes de estado, vai retornar para Washington já sob a sombra ameaçadora de Donald Trump.

Os petistas vão receber um banho de pragmatismo nas conversas com o presidente Xi Jinping e seus assessores. Ele vem ao Brasil fazer negócios e aumentar os laços da sua nova Rota da Seda, que pretende colocar o país mais perto do Ocidente. Se os líderes do governo tiverem alguma memória, vão se lembrar que a presidente Dilma Rousseff perdeu seu emprego porque gastou demais e não conseguiu rearrumar suas contas a tempo. Cometeu as famosas pedaladas. Os chineses sabem a hora de avançar e recuar. Em pouco mais de 50 anos, tiraram 500 milhões de pessoas da pobreza e ainda construíram um país forte em armas e tecnologia. Há muito o que aprender nessa visita de estado, que se seguirá ao G20.

G20 e a tentativa da construção de um mundo multipolar

» GUSTAVO MENON

Coordenador do curso de Relações Internacionais na Universidade Católica de Brasília (UCB) e docente no Programa de Pós-Graduação em Integração da América Latina da Universidade de São Paulo (Prolam-USP)

Em um mundo marcado por diversos conflitos, como a guerra entre Rússia e Ucrânia, o massacre em Gaza e as tensões comerciais entre potências, inicia-se, na cidade do Rio de Janeiro, o G20, sob a presidência brasileira. Nesse sentido, para equacionar a crise do multilateralismo no âmbito das relações internacionais, um dos principais desafios da diplomacia brasileira no novo milênio é tentar estimular debates para criar ou refundar instituições que sirvam de espaço de diálogo e cooperação, visando instalar uma convivência pacífica entre os países na construção de uma ordem multipolar.

Como se sabe, na concertação entre as nações, muitas dessas organizações foram edificadas após a eclosão de crises e guerras que alteraram substancialmente o sistema internacional. Nesse contexto, podemos citar a criação da Organização das Nações Unidas (ONU), tributária das duas grandes guerras na primeira metade do século 20.

A história do G20 não é diferente. Também está associada a uma forte crise econômica na transição do século 20 para o século 21, nos países asiáticos e em outras economias periféricas. À estirpe desse processo, em 2008, a crise nos Estados Unidos instaurou o debate sobre os caminhos da globalização na contemporaneidade. Tal crise, iniciada no setor financeiro, imobiliário e bancário, provocou um cenário de crise sistêmica que se espalhou para diversos países, resultando em uma recessão mundial e na perda de inúmeros empregos. A chamada crise do subprime levantou a seguinte pergunta: estamos governando a globalização ou a globalização nos governa?

Dessa forma, o fomento do G20 e sua maior organicidade neste ano decorre, em boa medida, da crise de efetividade e paralisia das instituições mais tradicionais em dar respostas neste cenário de divergentes tensões no campo geopolítico e na economia política internacional. As reformas dos mecanismos de governança global custam em se materializar, e a implementação da agenda 2030 está seriamente comprometida diante desse quadro de cruzamento de crises.

Não obstante, a criação de espaços alternativos de diálogo, que podem subsidiar, ampliar e revisitar (e não substituir) as chamadas instituições de Bretton Woods podem ser instrumentos essenciais para os desafios desta primeira metade do século 21. Sabemos que os desafios demandam saídas coletivas, coordenadas entre os países, para o enfrentamento de diversos problemas transnacionais.

Mesmo que não possa ser equiparado a organizações internacionais formalmente estabelecidas, com a composição de um tratado constituinte e uma estrutura formal, o G20 também faz parte desse esforço de fortalecimento da governança global para caminharmos em direção à construção de um mundo ambientalmente sustentável, socialmente justo e economicamente viável.

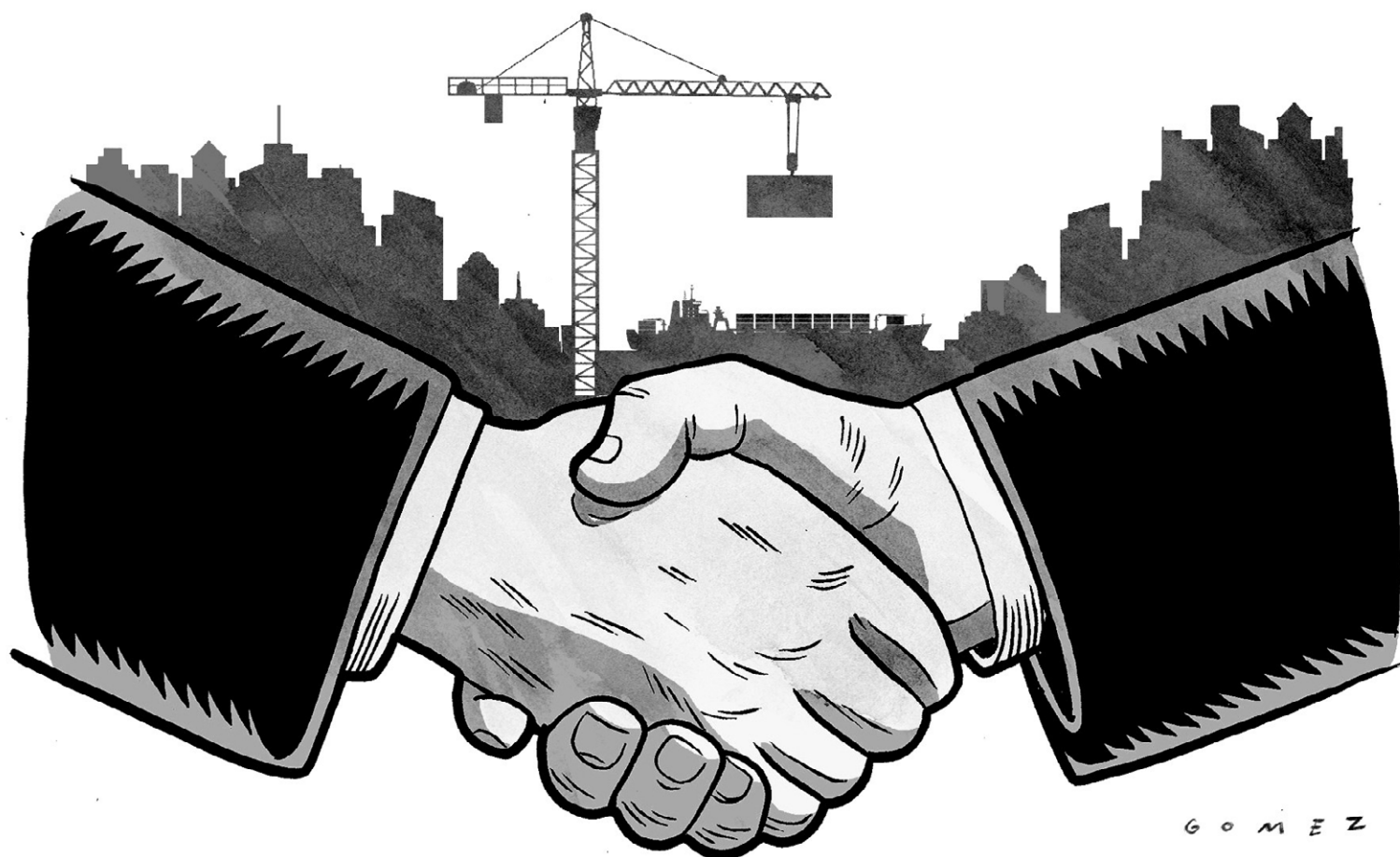
Trata-se de um grupo concebido diante da ideia de que os Estados devem trocar experiências e estabelecer um fórum para a adoção de ações coletivas, visando o fortalecimento do multilateralismo e a criação de uma ordem multipolar. Vale dizer que os problemas da humanidade não podem ser equacionados apenas pelos atores das economias ricas, do chamado G7.

Nos debates sobre diplomacia, paz e segurança internacional, por exemplo, o Conselho de Segurança da ONU é frequentemente criticado por suas falhas em prevenir ou dirimir conflitos, quase sempre sendo um espaço em que as discussões são interditas pelo poder de veto de um dos seus cinco membros permanentes e pela baixíssima representatividade no órgão.

Na esfera comercial, é evidente a fragilidade das ações da Organização Internacional do Comércio (OMC) em razão da ação deliberada de seus membros em não cumprir as normas ou impedir o pleno funcionamento de seu mecanismo de solução de controvérsias. Tais instituições já não refletem a realidade geopolítica do século 21. Nessa quadra histórica, não são poucas as forças que preconizam hoje discursos ultranacionalistas e negacionistas advogando saídas autoritárias e neofascistas para esse cenário de descrédito e crise das organizações internacionais.

A despeito de sua informalidade, o G20 expressa, em nosso tempo de conflagrações, um papel central no esforço de tentar retomar os canais de diálogo da comunidade internacional. Gestado para tratar de questões exclusivamente no campo econômico-financeiro, no chamado G20 Financeiro, aos poucos expandiu seu raio de atuação para lidar com questões de saúde, emprego, energia, soberania alimentar, migrações, entre outros temas da agenda internacional contemporânea. Segundo os próprios números, atualmente representa mais de 75% do comércio global e cerca de dois terços da população mundial.

Sob a presidência brasileira, questões de gênero também entraram na ordem do dia e o constante diálogo com a sociedade civil e o meio acadêmico se faz valer nos chamados grupos de engajamento e no G20 Social. Para a realização de sua reunião de cúpula nesta semana, a liderança do Brasil no G20 evocou o seguinte lema Construindo um mundo justo e um planeta sustentável. Diversas autoridades estão confirmadas. Neste período de crescente descrédito no multilateralismo e no regionalismo e adoção de respostas unilaterais por parte dos países, o G20 reafirma sua convicção de que os esforços de cooperação e diálogo em nível internacional são o único caminho para equacionar os desafios da humanidade, que são necessariamente transfronteiriços.



Revolta da Vacina: 120 anos e a história se repete

» MARCELO ALVES SOARES

Doutor em virologia pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), com pós-doutorado no Instituto Pasteur de Paris (França), professor-associado da UFRJ

O ano era 1904. O governo federal, do então presidente Francisco de Paula Rodrigues Alves, e a Prefeitura do Rio de Janeiro, então Distrito Federal, sob administração de Francisco Pereira Passos, implementavam a vacinação obrigatória contra a varíola. O objetivo era combater a epidemia da doença que assolava a capital, considerada a primeira grande ação de saúde pública do Brasil.

A medida infelizmente trouxe problemas. A ideia de imunizar a população foi mal comunicada e, como era costume na relação entre governo e sociedade naquela época, foi imposta de forma autoritária. Isso gerou desconfiança e medo entre as pessoas. A população se opunha à vacinação obrigatória, alegando que a vacina era perigosa e que o governo estava violando seus direitos individuais. O movimento anti-imunização foi integrado por operários, estudantes e intelectuais, e rapidamente ganhou apoio entre pessoas da elite. Ruy Barbosa discursou contra a vacina, e o senador Lauro Sodré, do Pará, foi um dos organizadores da Liga Contra Vacina Obrigatória.

O início efetivo da vacinação levou a uma reação popular, iniciada em 10 novembro daquele ano, que tomou as ruas do Rio de Janeiro. A revolta se espalhou por toda a cidade e, como o governo era mais truculento naqueles dias, respondeu com repressão violenta para controlar a situação, com confrontos entre

manifestantes e forças policiais. Foram cinco dias de fúria, com manifestações e protestos violentos nas ruas que resultaram em 945 prisões, 110 feridos e 30 mortos, segundo o Centro Cultural do Ministério da Saúde.

A reação popular entrou para os livros de história com o nome de Revolta da Vacina, durou cerca de uma semana, até que o governo finalmente suspendeu a vacinação obrigatória. As consequências foram negativas. O atraso na vacinação, que passou a ser voluntária, levou ao natural aumento no número de casos de varíola e, conseqüentemente, às mortes. Em 1904, 3.500 pessoas residentes no Rio de Janeiro foram vítimas fatais da varíola, em uma população de 800 mil habitantes.

Isto soa familiar: desconfiança e medo em relação à vacina, seja por motivos de segurança, eficácia ou liberdade individual? O mesmo clima observado em 2020, na pandemia. Novamente, fomos vítimas de falta de comunicação clara e transparente por parte das autoridades. No caso recente, ainda tivemos a disseminação exacerbada de informações falsas ou enganosas sobre vacinas, ao lado de campanhas claramente contrárias à imunização que se apoiavam na promoção de terapias alternativas, que não tinham — e continuam a não ter — comprovação de sua eficácia científica.

Fomos vítimas de processos pautados por questões políticas e ideológicas, sem qualquer embasamento científico sério, gerando

uma polarização na população. A hesitação na vacinação levou a um aumento no número de casos da doença e mortes evitáveis. Quase 120 anos depois, governo e população pouco aprenderam com nossa história durante o combate à covid-19. As mais de 700 mil vítimas são a prova incontestável disso.

O que deveríamos tomar como lições quando enfrentarmos nosso próximo desafio de saúde pública (sim, porque a questão não é se, mas quando surgirá a próxima doença de amplo espectro infeccioso)? A primeira delas é que a ciência e a evidência devem guiar as políticas de saúde pública.

Outros pontos que merecem atenção rigorosa são a comunicação eficaz, a transparência nas decisões governamentais no enfrentamento à doença e o combate às notícias falsas. Explicar, convencer e motivar as pessoas são ações fundamentais para estimular a participação popular efetiva e para a construção da confiança da sociedade na vacinação. A saúde pública é eficiente e cumpre seu papel quando todos entendem que ela é de todos e para todos.

A hesitação na vacinação tem consequências graves para a saúde pública, como mostra a história em 1904 e em 2020. Nossa curva de aprendizado terá de ser mais rápida, pois, certamente, não teremos outro século para pôr em prática o que aprendemos, ou deveríamos ter aprendido.